



SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA

HABEAS CORPUS Nº 638879 - SC (2021/0003285-6)

RELATOR : MINISTRO OG FERNANDES
IMPETRANTE : KRISLEY MARBA SILVA VASQUES
ADVOGADO : KRISLEY MARBA SILVA VASQUES - SC052248
IMPETRADO : MINISTRO CHEFE DA CASA CIVIL DA PRESIDENCIA DA REPUBLICA
IMPETRADO : MINISTRO DA JUSTIÇA E SEGURANÇA PÚBLICA
IMPETRADO : MINISTRO DA SAÚDE
PACIENTE : MARILU CRISTINA HARBS

DECISÃO

Cuida-se de *habeas corpus* com pedido de liminar impetrado em favor de MARILU CRISTINA HARBS em que se aponta como autoridade coatora MINISTRO CHEFE DA CASA CIVIL, MINISTRO DA JUSTIÇA E SEGURANÇA PÚBLICA E MINISTRO DA SAÚDE.

Nas razões da inicial, a impetrante alega que a paciente sofre constrangimento ilegal no seu direito constitucional de ir e vir, visto que a Portaria Interministerial n. 630, de 17 de dezembro de 2020, assinada em conjunto pelas autoridades apontadas como coadoras, estaria inviabilizando seu retorno ao Brasil.

Consigna que o referido normativo teria estabelecido "a obrigatoriedade da apresentação de documento comprobatório de realização de teste laboratorial (RT-PCR), para rastreio da infecção por SARS-COV-2, com resultado negativo/não reagente, realizado com 72 horas anteriores ao momento do embarque" (fl. 4) e que, embora já tivesse testado positivo para Covid-19 em teste realizado em 1/11/2020, quando efetuou o exame na Colômbia para fins de cumprimento da determinação, foi surpreendida com nova conclusão positiva datada de 7/1/2021.

Nesse contexto, a impetrante faz narrativa quanto à janela de imunidade cujos estudos apontariam para um período mínimo de 4 meses e quanto ao fato de que o namorado da paciente, com quem conviveu esses dias no exterior, teve a sorologia negativa para o mesmo exame, além de ter se submetido a um novo exame rápido, cujo resultado deu negativo, circunstâncias essas que apontariam para (fl. 9):

[...] o exame PCR com resultado positivo realizado pela paciente no dia 06 de janeiro de 2021 tem extensa probabilidade de erro (falso positivo), isso porque pode ter coletado um fragmento inativo de "RNA vírus" da antiga infecção, o que resultaria em falso positivo.

Acresce que o condicionamento de retorno à apresentação de resultado

negativo de exame PCR "foge da razoabilidade, porquanto trata-se de uma medida extremamente desproporcional, desarrazoada e que acarreta danos imensuráveis à paciente" (fl. 10), além de a portaria se mostrar falha e contraditória.

Requer liminarmente a suspensão dos "efeitos do § 1º do art. 7º da Portaria Interministerial nº 630, de 17 de dezembro de 2020, autorizando o embarque da paciente no próximo voo disponível em que for acomodada" e, no mérito, a confirmação da liminar e a declaração de inconstitucionalidade e ilegalidade do normativo em comento.

É, no essencial, o relatório. Decido.

Em juízo de cognição sumária, verifica-se que inexistente flagrante ilegalidade que justifique o deferimento do pleito liminar em regime de plantão.

Primeiro, é preciso destacar que a Portaria Interministerial n. 630, de 17 de dezembro de 2020, apontada como ato coator pela impetrante, foi revogada com a edição da Portaria Interministerial n. 648, de 23 de dezembro de 2020, o que em si não inviabiliza a análise da liminar, visto a identidade de conteúdo entre os normativos.

A concessão de medida liminar exige a satisfação simultânea de dois requisitos autorizadores, a saber, o *fumus boni iuris*, caracterizado pela relevância jurídica dos argumentos apresentados no *writ*, e o *periculum in mora*, consubstanciado na possibilidade do perecimento do bem jurídico objeto da pretensão resistida.

A não demonstração de um dos requisitos impõe o indeferimento na liminar. Esse é o caso dos autos, porquanto não demonstrada a probabilidade de êxito.

A Portaria interministerial n. 648, de 23/12/2020, possui a seguinte redação:

Art. 7º As restrições de que trata esta Portaria não impedem a entrada de estrangeiros no País por via aérea, desde que obedecidos os requisitos migratórios adequados à sua condição, inclusive o de portar visto de entrada, quando este for exigido pelo ordenamento jurídico brasileiro.

§ 1º Para fins do disposto no caput, o viajante de procedência internacional, brasileiro ou estrangeiro, deverá apresentar à companhia aérea responsável pelo voo, antes do embarque:

I - documento comprobatório de realização de teste laboratorial RT-PCR, para rastreio da infecção pelo coronavírus SARS-CoV-2, com resultado negativo ou não reagente, realizado nas setenta e duas horas anteriores ao momento do embarque, observando os seguintes critérios:

- a) o documento deverá ser apresentado no idioma português, espanhol ou inglês;
- b) o teste deverá ser realizado em laboratório reconhecido pela autoridade de saúde do país do embarque;
- c) na hipótese de voo com conexões ou escalas em que o viajante permaneça em área restrita do aeroporto, o prazo de setenta e duas horas será considerado em relação ao embarque no primeiro trecho da viagem;
- d) o viajante que realizar migração que ultrapasse setenta e duas horas desde a realização do teste RT-PCR deverá apresentar documento comprobatório da realização de novo teste com resultado negativo ou

não reagente para o coronavírus SARS-CoV-2 no check-in para o embarque à República Federativa do Brasil;

e) a criança com idade inferior a doze anos que esteja viajando acompanhada está isenta de apresentar documento comprobatório de realização de teste laboratorial RT-PCR desde que todos os acompanhantes apresentem documentos comprobatórios de realização de teste laboratorial com resultado do teste RT-PCR negativo ou não reagente para o coronavírus SARS-CoV-2 realizado nas setenta e duas horas anteriores ao momento do embarque;

f) crianças com idade igual ou superior a dois e inferior a doze anos que estejam viajando desacompanhadas deverão apresentar documento comprobatório de realização de teste laboratorial RT-PCR com resultado negativo ou não reagente para o coronavírus SARS-CoV-2, realizado nas setenta e duas horas anteriores ao momento do embarque;

e

g) crianças com idade inferior a dois anos estão isentas de apresentar documento comprobatório de realização de teste laboratorial RT-PCR para viagem à República Federativa do Brasil; e

II - comprovante, impresso ou por meio digital, do preenchimento da Declaração de Saúde do Viajante - DSV nas setenta e duas horas que antecederem o embarque para a República Federativa do Brasil com a concordância sobre as medidas sanitárias que deverão ser cumpridas durante o período que estiver no País.

O mencionado ato coator tem por base recomendação da Agência Nacional de Vigilância Sanitária – Anvisa, bem como os diversos protocolos sanitários e de saúde pública em decorrência da infecção humana pelo coronavírus SARS-CoV-2 (covid-19), cuja declaração de emergência internacional foi editada pela Organização Mundial da Saúde em 30 de janeiro de 2020.

Pode-se citar ainda: a) a Política Nacional de Segurança Pública e Defesa Social, prevista no inciso VI do *caput* do art. 4º da Lei n. 13.675, de 11 de junho de 2018; b) a Portaria n. 356/GM/MS, de 11 de março de 2020, do Ministério da Saúde; c) os incisos V e XXII do § 1º do art. 3º do Decreto n. 10.282, de 20 de março de 2020.

Em meu sentir, não é razoável possibilitar o embarque de passageiros sem atender as restrições impostas excepcional e temporariamente pelas autoridades tidas como coatoras, em detrimento da coletividade, especialmente considerando o cenário que vem vivenciando o País, com o impacto epidemiológico causado pelo coronavírus, pois as medidas adotadas não desbordam – em uma primeira análise – dos critérios técnicos necessários para manutenção da saúde e segurança públicas.

A propósito, veja-se precedente do STF:

LIBERDADE DE EXPRESSÃO – AGENTE POLÍTICO – HONRA DE TERCEIRO. Ante conflito entre a liberdade de expressão de agente político, na defesa da coisa pública, e honra de terceiro, **há de prevalecer o interesse coletivo, da sociedade, não cabendo potencializar o individual.** (RE n. 685.493, relator Ministro Marco Aurélio, Tribunal Pleno, repercussão geral, DJe de 17/8/2020.)

Ressalte-se que, no caso concreto, a referida portaria impõe restrições de modo

genérico e abstrato, com regras objetivas e gerais, não havendo nenhum direcionamento antecipado, de maneira direta, imediata e pessoal, a nenhum destinatário concretamente individualizado.

Por conseguinte, vê-se que não decorre diretamente de tal dispositivo legal nenhuma ilegalidade ou abuso de poder praticado por autoridade pública, a justificar a impetração de *habeas corpus*, nos termos do art. 5º, LXVIII, da CF, tendo em vista que o caso concreto cuida tão somente de norma genérica e abstrata, que possui presunção de constitucionalidade até decisão judicial em sentido contrário na via processual adequada.

Assim, não foi demonstrado o *fumus boni iuris*.

Ante o exposto, diante da ausência de um dos requisitos autorizadores da tutela de urgência, indefiro o pedido de liminar.

Notifiquem-se as autoridades coatoras para que prestem informações no prazo de 10 dias.

Cientifique-se a Advocacia-Geral da União para que, querendo, ingresse no feito.

Após, remetam-se os autos ao Ministério Público Federal.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 11 de janeiro de 2021.

MINISTRO HUMBERTO MARTINS

Presidente